

CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Resposta duradoura à emergência climática

Se é verdade que não é o momento de se buscar culpados pela maior tragédia ambiental ocorrida no Rio Grande do Sul, não parece haver dúvida de que a emergência climática precisa entrar definitivamente nas resoluções do poder público. A magnitude das catástrofes que vêm ocorrendo pelo país mostra de forma dolorosa e contundente: Executivo, Legislativo e Judiciário têm de se unir não apenas no enfrentamento das tragédias, mas também na busca de soluções preventivas a novos fenômenos climáticos extremos.

Orçamento de guerra e emendas parlamentares são medidas emergenciais e necessárias. Mas o Brasil, que sediará uma importante reunião de cúpula sobre meio ambiente em Belém, tem o dever de implementar políticas públicas que tragam respostas mais estruturadas a essa realidade incontornável. Já passou da hora de se formalizar um Orçamento climático, com investimentos em ciência, planejamento urbano e outras ações sustentáveis.

Da parte do Judiciário, é preciso avançar em questões como a pauta verde. Crimes ambientais precisam ser severamente punidos, assim como a negligência ante ameaças iminentes.

Essas iniciativas têm de ser implementada nos três níveis da Federação, com urgência. Do contrário, o país estará condenado a sempre agir de forma reativa, em meio ao desespero e à dor.



Apta para relatoria

Ao justificar seu parecer a favor da continuidade da petista como relatora, Lomanto argumentou que a deputada preenche todas as indicações previstas no Código de Ética para a função — não é do mesmo partido do autor da ação, o PSol, não é do estado de origem de Brazão, que é do Rio de Janeiro, e nem também da legenda do acusado, hoje sem partido.

Prerrogativa

Em sobre a manifestação da petista nas redes, o presidente do conselho afirmou também que Jack Rocha sequer tinha conhecimento de que poderia vir a relatar o caso. E que a imunidade parlamentar lhe assegura o direito de opinião.

Alta evasão

O índice de evasão no ensino superior no Brasil chega a 57,2% nas redes pública e privada, segundo levantamento realizado pelo instituto Simesp, que representa mantenedoras de ensino superior no país. O maior índice de evasão é na rede privada, que concentra 88% das instituições no Brasil. A questão financeira é o fator de maior peso na decisão dos alunos de desistir do curso. Para o setor, iniciativas como o programa Pé-de-Meia são fundamentais para a permanência de jovens na formação universitária.

Com Evandro Éboli e Júlia Giusti

Pacheco até 2026

O presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG/foto/E), anunciou que pretende deixar a política em 2026. Uma das vozes mais moderadas da República, o senador disse que a polarização afasta homens públicos de bom senso, que não sejam guiados por extremismos. Pacheco fez as declarações na noite de segunda-feira, em São Paulo, em jantar oferecido pelo ex-governador do estado e empresário João Dória.

Divulgação



A missão de líderes

Pacheco elogiou o anfitrião, lembrando da atuação do ex-tucano no enfrentamento da pandemia. “Os líderes são testados nos momentos de crise. Dória não será esquecido porque foi o responsável pela chegada da vacina ao país e fez o enfrentamento necessário para salvar vidas”, disse Pacheco. O senador Davi Alcolumbre, um dos mais cotados para substituir Pacheco na presidência do Senado, também estava presente.

Pedido negado

O presidente do Conselho de Ética, Leur Lomanto (União Brasil-BA), negou o pedido da defesa do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), apontado como um dos mandantes da morte da vereadora Marielle Franco, e manteve a deputada Jack Rocha (PT-ES) como relatora da ação contra o parlamentar fluminense nesse colegiado. Os advogados de Brazão entraram com pedido para que a petista fosse considerada suspeita de relatar o processo por ter se manifestado em redes sociais a favor da manutenção da prisão do deputado, o que significaria sua perda de isenção.

ELEIÇÕES Única mulher da Suprema Corte brasileira assume, pela segunda vez, o comando do Tribunal Superior Eleitoral. Ministros Nunes Marques e André Mendonça passam a integrar a Corte em ano de disputas municipais

Cármén volta a presidir TSE

» HENRIQUE LESSA

A ministra Cármén Lúcia foi eleita para a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para o biênio 2024-2026, em eleição simbólica, ontem, antes do início da sessão ordinária da Corte. Cármén Lúcia será a responsável pelo comando da Justiça Eleitoral durante as eleições municipais deste ano.

A ministra, que é a única mulher hoje do Supremo Tribunal Federal (STF), assumirá em 3 de junho o comando da Corte Eleitoral pela segunda vez. Na primeira passagem pelo TSE, no biênio 2012-2013, foi a primeira mulher a assumir o cargo de presidente da Corte, fato destacado pelo atual presidente, ministro Alexandre de Moraes.

“Pela feliz coincidência, posso passar a presidência do TSE para ela, que é a minha presidente. Ela, sete anos atrás, me deu posse no Supremo Tribunal Federal. Foi a segunda mulher a presidir o STF; depois foi a primeira mulher a presidir esta Corte e agora bateu um novo recorde, marcando mais uma vez seu nome no Guinness Book, além de ser a primeira mulher a presidir o TSE, agora é a primeira mulher a presidir por duas vezes esta Corte”, disse Moraes.

Após o anúncio do resultado, a ministra disse estar comprometida em “honrar a Constituição e as leis da República, nos comprometendo inteiramente com o respeito e absoluta dedicação ao TSE”, disse a eleita para a presidência da Corte. “A Justiça Eleitoral brasileira continua a cumprir sua função constitucional em

benefício da democracia brasileira”, exortou Cármén Lúcia.

Também foi eleito o ministro Kássio Nunes Marques como vice-presidente do TSE, assumindo o posto ocupado por Cármén Lúcia. Moraes, tendo cumprido o mandato de dois anos na presidência, deixa a Corte, abrindo uma das três vagas do STF, que será ocupada pelo ministro André Mendonça.

Não faltará familiaridade para a ministra comandar o processo eleitoral deste ano. Como vice-presidente da Corte nos últimos dois anos, ela atuou como relatora das resoluções, aprovadas em fevereiro, que regulam as eleições municipais deste ano, inclusive a controversa resolução que disciplinou o uso da inteligência artificial no pleito.

Com a saída de Alexandre de Moraes da instância máxima da Justiça Eleitoral, há uma expectativa de que o TSE tome um perfil mais discreto, como o da nova presidente. Bolsonaristas acreditam que, com a nova composição da Corte, o tempo dos embates com Alexandre de Moraes fique no passado.

Entre os profissionais do direito, a mudança de comando na Corte não deve representar nenhuma mudança na linha de atuação do Tribunal. O combate contra a divulgação de notícias falsas e a firme punição de qualquer tentativa de burla à legislação eleitoral devem manter-se firmes, observando-se uma linha de continuidade técnica nas decisões da Corte.

Aos 70 anos, Cármén Lúcia é natural de Montes Claros (MG). Ingressou no STF em 2006, indicada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A magistrada é considerada muito técnica e de perfil discreto.

Ascom/TSE



A Justiça Eleitoral brasileira continua a cumprir sua função constitucional em benefício da democracia brasileira”

Cármén Lúcia, presidente eleita do TSE

Ameaças no União Brasil são alvo da PF

» RENATO SOUZA

A Polícia Federal deflagrou na manhã de ontem uma operação para investigar ameaças contra Antônio Rueda, presidente do União Brasil. De acordo com a corporação, estão sendo cumpridos cinco mandados de busca e apreensão, expedidos pelo Supremo Tribunal Federal, no interior de Pernambuco.

As investigações tiveram início na Polícia Civil do Distrito Federal, a partir de boletim de ocorrência registrado por Rueda contra Luciano Bivar, deputado federal e ex-presidente da sigla. As ameaças teriam ocorrido em fevereiro deste ano. De acordo com fontes da investigação ouvidas pelo Correio, duas pessoas

são alvos das diligências.

Rueda alega que ele e a família foram ameaçados por Bivar. A defesa do atual presidente do partido também pede que o ex-dirigente da legenda seja investigado para avaliar suposto envolvimento em incêndios causados em duas casas da família de Rueda em Pernambuco. No entanto, as buscas realizadas nesta etapa da investigação não têm ligação com os incêndios, mas sim com as supostas ameaças.

As diligências foram enviadas ao Supremo Tribunal Federal (STF) e acabaram a cargo da PF, em razão de Bivar ser deputado federal. Ele era presidente da sigla até março, quando foi afastado e Rueda assumiu. O União Brasil tem a terceira maior

bancada da Câmara, com 59 deputados.

Por meio de seus advogados, no processo que corre internamente no partido, Bivar afirmou que não teve envolvimento no ataque e que não realizou ameaças. “Todavia, jamais o representado se dirigiu ao Sr. Antônio Rueda com o objetivo de ameaçá-lo fisicamente e nem tampouco à sua família. O que se deu foi que o representado expressou para o Sr. Antônio Rueda que ele estava ‘morto’ no contexto da relação pessoal de amizade e profissional.”

O processo aberto pelo União Brasil avalia se o deputado deve ou não ser expulso do partido. Nesta fase, ele pode apresentar defesa. Em seguida, a diretoria da sigla delibera sobre o caso.



O que se deu foi que o representado expressou para o Sr. Antônio Rueda que ele estava ‘morto’ no contexto da relação pessoal de amizade e profissional”

Alegação dos advogados de Luciano Bivar sobre desavenças com Antônio Rueda